

Recuperação de Área Degradada - PRAD, na forma do artigo 87, da Lei Estadual nº 14.675/09, e artigo 119 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019. Vigência: 36 meses.

Cod. Mat.: 975518

Extrato nº 212 Termo de Compromisso Ambiental – 3º GP/1º PEL /2ª CIA/2º BPMA - Curitiba, vinculado ao Processo nº 21423202374315, celebrado entre a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e Adair Samistraro, CPF:870.XXX.XXX-72, em 29/02/2024, tendo por objeto a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, na modalidade Suspensão da Exigibilidade da multa, nas seguintes condições: Redução do valor da multa em 90% (noventa por cento) mediante a recuperação integral da área degradada com a implementação do Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, na forma do artigo 87, da Lei Estadual nº 14.675/09, e artigo 119 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/2019. Vigência: 36 meses.

Cod. Mat.: 975520

Extrato nº 52 - 4ª CIA/ 1º BPMA - Palhoça do Termo de Embargo nº 15393-E, Auto de Infração Ambiental nº 12022-E, aplicado em 11/12/2023, situado no município de Paulo Lopes, na área não titulada sob posse direta, abrangendo 2.19ha (dois ponto dezenove hectares), dentro de área de preservação permanente, parcela na coordenada UTM SIRGAS 2000 (Pt01 726430 | 6904058). Processo GAIA 21700.2024.78439 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00008808/2024.

Cod. Mat.: 975281

Extrato nº 53 - 4ª CIA/ 1º BPMA - Palhoça do Termo de Embargo nº 15398-E, Auto de Infração Ambiental nº 12314-E, aplicado em 12/02/2024, situado no município de Palhoça, na área não titulada sob posse direta, abrangendo 0.01ha (zero ponto zero um hectare), dentro de área de preservação permanente, parcela na coordenada UTM SIRGAS 2000 (Pt01 735877 | 6916746), Processo GAIA 21700202479066 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00008944/2024.

Cod. Mat.: 975287

Processo SGPe PMSC 66778/2023

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se do recurso administrativo interposto pela empresa RTM CONSTRUÇÕES LTDA contra decisão do Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF) da Polícia Militar de Santa Catarina. Essa decisão resultou na aplicação de sanções à Recorrente, incluindo o pagamento de multa pecuniária e a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública por dois anos, devido ao descumprimento das regras estabelecidas no contrato nº 574/PMSC/2022. No dia 23/02/2024, a Autoridade Recorrida recebeu o presente recurso, com efeito devolutivo, sendo reconhecida a sua tempestividade, todavia, manteve integralmente a decisão anterior. Em síntese, a argumentação recursal se baseia, preliminarmente, na alegação de cerceamento de defesa, destacando que a Autoridade Recorrida não garantiu a participação direta na fase instrutória, negando à Recorrente a possibilidade de indicar as provas que pretendia produzir. No mérito, sustentou a ausência de provas, uma vez que não foi demonstrado nos autos a prática da infração. Alegou, também, a inexistência de irregularidades contratuais e argumentou a boa-fé por parte da Recorrente. Por fim, questionou-se a proporcionalidade e a razoabilidade da decisão recorrida. Adicionalmente à decisão recorrida, a empresa, ora Recorrente, requereu um aditivo para o acréscimo de valores e, ainda, questionou a conduta do fiscal do contrato, 1º Sargento PM e Engenheiro Civil Alexander Ribeiro Kachoroski, na fiscalização do referido contrato. É o breve relatório.

I. Esclarecimentos iniciais

Antes de adentrar às razões do recurso propriamente dito, é imperativo abordar alguns pontos levantados pela parte da Recorrente na narrativa dos fatos. A Recorrente alega, por sua vez, que o processo administrativo em questão foi enviado para a sua defesa em formato de arquivo PDF, via e-mail, sem a devida numeração das páginas ou com numeração equivocada, o que dificulta sobremaneira as referências ao seu conteúdo. Contudo, constata-se nos autos que a Seção de PAIC, ao intimar a Recorrente da decisão tomada pela Autoridade Recorrida, encaminhou-lhe cópia integral do procedimento, extraída do sistema (SGPe) em arquivo PDF. É importante ressaltar que o próprio sistema numera automaticamente o processo quando o materializa, portanto, não há possibilidade do arquivo enviado estar sem numeração ou com páginas ausentes. Da mesma forma, é refutada a alegação da Recorrente de que a

notificação do fiscal para que a empresa removesse o contrapiso não foi certificada nos autos. Verifica-se que o documento que deu origem ao presente processo sancionatório, o Ofício nº 034/CMIO/DALF/2023, é o terceiro documento constante no processo e foi encaminhado à empresa Recorrente para que executasse a remoção do contrapiso. Esclarece-se que o documento que determinou à empresa Recorrente que removesse o contrapiso foi lavrado no próprio processo de contratação (SGPe PMSC 31129/2022, pág. 1200). Importa salientar que tudo que diz respeito à execução da obra deve ser tratado dentro do processo de contratação, sendo a abertura deste processo destinada exclusivamente a apurar a inadimplência e/ou inexecução do contrato. Feitas essas considerações, procederei à análise do recurso.

II. Do contraditório e ampla defesa

É relevante destacar, desde já, que o recurso administrativo é parte integrante da dialética própria do exercício do direito fundamental ao contraditório e à ampla defesa, sendo devidamente regulamentado pelo legislador infraconstitucional, especialmente no contexto das licitações públicas. No entanto, o procedimento para seu processamento ainda carece de clareza, exigindo uma certa atividade interpretativa por parte do operador do direito no caso concreto. Conforme o disposto no art. 109 da Lei nacional nº 8.666/93 (antiga lei de licitações), são delineadas as situações em que são admitidos os recursos administrativos, especialmente no contexto do presente processo, como segue: **Art. 109.** Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: [...]

f. Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

Observa-se que a alínea “f” é exatamente a situação apurada no processo administrativo em análise. A Recorrente alega que a Autoridade Recorrida não inseriu o procedimento no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe). No entanto, é necessário esclarecer que o procedimento possui um número específico de consulta no SGPe, uma vez que foi criado no sistema. Talvez, o advogado que subscreveu o recurso administrativo, não esteja familiarizado com o funcionamento do sistema SGPe. Ademais, a Portaria de instauração foi devidamente publicada no Diário Oficial do Estado, constando o número do Processo (pág. 71), a Recorrente foi notificada para apresentar defesa (pág. 72) e peticionou nos autos (pág. 73/82), logo, não há se falar em cerceamento de defesa por ausência de indicação da parte na autuação do processo. Assim, sua alegação é improcedente, pois cabe à parte zelar pela prática dos atos processuais, sendo inadequado tentar repassar sua responsabilidade. Da mesma forma, não procede o argumento de cerceamento de defesa devido a não juntada nos autos da resposta da Recorrente ao ofício n. 034/CMIO/DALF/2023. Tem-se que, referido ofício foi expedido pelo fiscal do contrato no processo que trata da execução do contrato (SGPe 31129/2022), não fazendo parte destes autos. Além disso, se a Recorrente considerava a resposta ao ofício uma peça crucial, deveria tê-la requerido ou encaminhado como anexo à defesa, o que não ocorreu.

No que tange à alegação de falta de oportunidade para indicar as provas que pretendia produzir, é importante destacar que esse direito foi conferido à Recorrente na notificação encaminhada pela Seção de PAIC (pág. 72). No entanto, mesmo tendo essa oportunidade, em todas as manifestações da Recorrente nos autos (petição de pág. 73/82) e na defesa (pág. 89/102), não foram indicadas provas a serem produzidas. Quanto à ausência de intimação para oitiva das testemunhas requeridas pelo encarregado por meio do Ofício n. 87847/PMSC/2023 (pág. 88), verifica-se pelos depoimentos (pág. 103/104 e 280/281) que o procurador da Recorrente – Advogado William Danielevicz – OAB/SC 609769 – esteve presente e assinou o termo de declaração. Além disso, aplicando por analogia a regra do art. 239, §1º do CPC, o comparecimento espontâneo do processado supre a falta ou a nulidade da ausência de intimação. Quanto à ausência nos autos eletrônicos do depoimento do Sr. Miguel Adriano Cardozo dos Santos, embora não tenha sido juntado tempestivamente no processo (certidão de pág. 279), o Defensor da Recorrente tinha conhecimento de seu teor, tanto que juntou uma foto do mesmo na peça recursal, logo, não se sustenta o cerceamento de defesa. Por fim, em relação à ausência de laudo de vistoria nos autos, embora a Recorrente tenha razão ao apontar sua falta, isso não enseja qualquer nulidade ou cerceamento de defesa.

Conforme a intimação juntada pela Recorrente, a vistoria foi realizada em outras obras executadas pelo mesmo responsável técnico – Sr. Fabrício. Nessas vistorias, resultou o relatório de vistoria n. 038/CMIO/DALF/2023 (extraído do SGPe 55628/2023), no qual o Engenheiro do CMIO concluiu que não foi possível asseverar se havia ou não malha de aço, visto que o equipamento utilizado apresentava comportamento variado para cada tipo de superfície, transcreve-se:

“4. CONCLUSÃO

Percebeu-se que o comportamento do scanner, após devidamente calibrado, variava de acordo com a superfície a qual estava sendo analisada. Em superfícies lisas e pintadas ocorria a leitura indubitável, já em superfície porosa e irregular não havia a identificação de metais em situações claramente certas de havê-los. Em superfícies revestidas por porcelanato polido também não demonstrou acuidade determinante. Esse último caso era o que estava posto nas edificações, no qual o comportamento do scanner se demonstrou inserto ao avaliar a presença de malha de aço, pois apresentava certos padrões de materiais distintos de aço segundo o aparelho, porém semelhante ao espaçamento de uma malha de aço comercial. **Assim, não se pode concluir que as obras não foram executadas de acordo com o previsto em projeto, ou seja, sem a malha de aço no piso.**” grifei

Portanto, diante de tudo que foi exposto, não se sustenta as alegações de violação ao contraditório e à ampla defesa.

III. Da ausência de provas

Do mesmo modo, após análise dos autos, não restam dúvidas de que a tentativa de fraudar a execução do contrato está devidamente demonstrada no presente processo. Conforme salientado pela Autoridade Recorrida em sua decisão, o depoimento do mestre da obra é mais do que suficiente para caracterizar a efetiva tentativa de fraudar a execução do contrato, transcreve-se:

[...] Perguntado se o depoente está todos os dias na obra, respondeu: Que sim. Que cuida de todas as obras deles (da empresa RTM Construções). Perguntado se o depoente sabe informar com que frequência o responsável técnico está na obra, respondeu: Que tem semana que vem todos os dias. Perguntado se o depoente estava no dia em que o contrapiso foi concretado pela primeira vez, respondeu: Que o depoente foi quem executou o serviço. Perguntado se o responsável estava presente, respondeu: Não estava. **Perguntado se o depoente sabe se no dia que foi concretado o contrapiso a malha de aço estava instalada conforme previsto no memorial descritivo e orientação repassada pelo fiscal do contrato (engenheiro da PMSC), respondeu: Que no dia o declarante instalou a malha em todos os ambientes. Que o Sr. Fabrício entrou em contato com o declarante informando que era para retirar a malha de aço, pois não estava previsto na planilha.** Que na sequência o Sr. Talisson telefonou para o declarante para o declarante para tratar de outros assuntos, quando estão o depoente informou sobre a questão da malha de aço. Que o Sr. Talisson mandou que deixasse as malhas, porém o depoente já havia removido de 3 (três) ambientes (sala da recepção, sala de monitoramento e uma terceira sala que fica atrás da recepção). [...] grifei

Ademais, o vídeo e o áudio disponíveis por meio de link do Google Drive (certidão de pág. 105 - https://drive.google.com/drive/folders/16DHN6TyWyFb3YRISg_yfbZWuVfUcdGnS) são incontestáveis quanto aos fatos apurados neste processo sancionador. No vídeo, é possível observar imagens que mostram o concreto sendo arrancado, e nele não é visível a presença das malhas de aço conforme determinado pelo projeto. O áudio corrobora com o vídeo, pois o próprio representante da empresa afirma que nunca executou o contrapiso da forma que foi exigida pelo fiscal da obra.

IV. Da inexistência de irregularidade

Verifica-se que o contrato n. 574/PMSC/2022, especificamente na cláusula quinta, ao tratar das obrigações da parte contratada, prevê:

“CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes
§ 1º Da Contratada:

a. **Efetuar a entrega do objeto instalado/montado, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos**, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;” (grifei)

No caso em apreço, verifica-se que a Recorrente não efetuou ou entregou conforme definido no memorial descritivo (pág. 41/66), especificamente no item 1.3.7, que trata do contrapiso:

“1.3.7 Contrapiso:

Devera ser executados em concreto armado fck=20MPa, com armadura de aço CA-60 com dia metro de 4,20mm e malha 15x15 (malha POP). Esta armação devera estar engastada nas vigas de baldrame, evitando-se com isto, a formação de frestas entre o piso e as paredes, devido a eventuais recalques.

O traço utilizado será com cimento e areia na proporção de 1:4 respectivamente, com adição impermeabilizante a base de hidrófogo de pega normal (ref. Sika 1) na proporção indicada pelo fabricante. O embasamento para o aterro será executado utilizando-se material do boa qualidade, sem detritos vegetais, ou seja, solo saibroso, com constituição predominantemente arenosa. O aterro que servira de base para o contrapiso devera ser copiosamente molhada e energicamente apoiada em camadas de 20 centímetros, de modo a serem evitadas fendas, trincas e desníveis, por recalque das camadas aterradas.

Após o aterro, devera ser colocada uma camada de no mínimo 5 cm (sete centímetros) de brita. Esta brita devera estar limpa, principalmente livre de materiais argilosos.”

A respeito do memorial descritivo, é importante ressaltar que este documento desempenha um papel significativo na construção civil. Além de ser obrigatório de acordo com a Lei nº 4.591/64, o memorial descritivo é um documento público que fornece um detalhamento minucioso de todas as partes da obra/construção.

Sua importância é tão reconhecida que a Associação Brasileira de Normas Técnicas editou a NBR 15575, que trata especificamente do memorial descritivo.

O memorial descritivo funciona como uma espécie de "bússola" para a execução da obra. Por meio dele, ocorre o gerenciamento detalhado da execução das obras, permitindo que todos os envolvidos analisem os detalhes do projeto e visualizem como será o resultado final quando concluído.

No presente processo, ficou claramente demonstrado que a empresa tentou fraudar a execução do contrato ao realizar o contrapiso de forma diferente do que estava previsto.

Agravando a situação, a empresa enviou uma foto ao fiscal do contrato mostrando o concreto sendo aplicado de maneira correta, mas posteriormente removeu a malha de aço, evidenciando uma tentativa de fraude.

A fraude só não se concretizou porque o fiscal do contrato foi alertado sobre o ocorrido por policiais militares da unidade – Arabutã. Esses fatos reforçam a gravidade da conduta da empresa, evidenciando uma clara tentativa de burlar as obrigações contratuais e prejudicar a qualidade da obra.

V. **Da inobservância da proporcionalidade**

Este processo é analisado sob a ótica da antiga lei de licitação (8.666/93), a qual preconiza no art. 87, as sanções que a Administração Pública pode impor aos contratantes vencedores de processos licitatórios:

“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (grifei)

Além da previsão legal, tem-se a previsão contratual quanto às sanções que está sujeita à contratada, a saber:

“CLÁUSULA NONA – Das Sanções Administrativas

§ 1º –As sanções e penalidades aplicáveis reger-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e neste Edital e na Lei n.º 12.846/2013 no que lhe couber. § 2º –As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações assumidas na fase licitatória estão sujeitas às seguintes sanções:

I –Advertência;

II –Multa:

a) 0,33% (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos ou execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso da não entrega dos produtos, não execução dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da

Contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos-quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ouapresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não manter a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

§ 3º – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 4º–A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como no Decreto Estadual nº 2.617, de16 de setembro de 2009, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 5º–As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

§ 6º–Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Note-se que o contrato prevê a aplicação de uma multa de até 20% sobre o valor total do contrato.

No entanto, a Autoridade Recorrida optou por calcular a multa SOMENTE sobre o valor da última medição realizada. Em outras palavras, embora a multa pudesse ser calculada sobre os R\$ 394.341,13, foi calculada apenas sobre R\$ 134.411,62. Portanto, não há fundamentos para alegar desproporcionalidade na decisão recorrida.

Quanto à suspensão do direito de licitar e contratar, é crucial considerar a gravidade da conduta da Recorrente (tentativa de fraude), bem como observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Embora a legislação não detalhe as situações que ensejam essa sanção, é amplamente reconhecido na doutrina que essa penalidade é mais severa do que advertências ou multas simples. Conforme os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, a suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração é uma penalidade administrativa geralmente reservada àqueles que, por culpa, prejudicam a licitação ou a execução do contrato, como no caso em questão.

Embora reconheça a gravidade da falta cometida pela empresa, a penalidade imposta pela Autoridade Recorrida parece excessivamente rigorosa, especialmente considerando que não foram apuradas quaisquer penalidades anteriores, o que não justifica uma dosimetria tão severa como os 02 (dois) anos de suspensão. Assim, reconhecendo a seriedade da infração, é importante levar em consideração os antecedentes da Recorrente.

Nesse sentido, decido pela redução da pena de suspensão de licitar e contratar com a Administração para o prazo de 1 (um) ano.

VI. **Do aditivo ao contrato e da conduta do fiscal**

Em relação ao aditivo ao contrato, por se tratar de um assunto completamente desconectado do presente processo sancionador, opta-se por não nos alongar sobre o tema, pois entendemos ser inadequado para o momento qualquer análise de mérito.

Quanto à conduta do fiscal, peço licença à Autoridade Recorrida para utilizar sua fundamentação sobre o tema, a qual transcrevo em parte:

[...] A Administração tem o poder-dever de fiscalizar o contrato. Para tanto deve ser nomeado formalmente um fiscal para verificar a sua correta execução. Não cabe aqui juízo de oportunidade e conveniência do gestor em nomear ou não o fiscal. Esse é o entendimento pacífico na TCU.

A propósito, vale registrar que a prerrogativa conferida à Administração de fiscalizar a implementação da avença deve ser interpretada também como uma obrigação. Por isso, fala-se em um poder-dever, porquanto, em deferência ao princípio do interesse público, não pode a Administração esperar o término do contrato para verificar se o objeto fora de fato concluído conforme o programado, uma vez que, no momento do seu recebimento, muitos vícios podem já

se encontrar encobertos. [TCU – Acórdão 1632/2009 – Plenário] Os contratos devem ser executados com o devido acompanhamento e fiscalização a cargo de um Representante da Administração especialmente designado para esse fim, conforme exigido pelo art. 67 da Lei n.º 8.666/93. [Acórdão 212/2009 – TCU – Segunda Câmara] Partindo dessa premissa, o servidor público nomeado para exercer a função de fiscal de contrato público tem a obrigação legal, sob pena de responsabilização, de notificar sempre que entender que a contratada está descumprindo com suas obrigações. E ainda mais, se verificada possível irregularidade, o fiscal deve encaminhar o fato a quem de direito para analisar e, se for o caso, instaurar o procedimento apuratório/sancionador.

Diante do poder disciplinar da Administração Pública, entende-se que a apuração para a aplicação de sanção, nos casos de uma inadimplência/descumprimento contratual, não é um ato discricionário, é um poder-dever.

Assim, tendo conhecimento de indícios da existência de uma inadimplência/descumprimento contratual, a Administração tem o dever de instaurar o procedimento adequado à sua apuração e, conforme o caso, realizar a consequente aplicação das penas cabíveis. [...].

Além da brilhante fundamentação apresentada anteriormente, vale destacar que no processo (pág. 123/124) consta que o Ministério Público do Estado instaurou a Notícia de Fato n. 01.2024.00005433-2. Em despacho datado de 22/02/2024, o Exmo. Sr. Promotor de Justiça Andrey Cunha Amorim afirmou não haver indícios de improbidade envolvendo o fiscal do contrato, veja-se:

“De início, necessário esclarecer que, em se tratando de ato de improbidade administrativa, a atribuição não seria desta Promotoria de Justiça, mas sim de uma das Promotorias de Justiça da Capital com atribuição para atuar nas causas que envolvem a prática de ato de improbidade administrativa por servidor militar (5ªPJ e 42ªPJ), por força das disposições do Ato n. 0076/2024/CPJ. **No entanto, nesta análise inicial não vislumbro indícios de participação de nenhum servidor público civil ou militar no suposto ilícito, tanto que foram o próprio fiscal (militar) do contrato e seus superiores que comunicaram o fato ao Ministério Público.** Logo, o resultado da apuração dos fatos deste procedimento limita-se a eventual ilícito civil ou criminal envolvendo particulares, apenas, longe da improbidade administrativa. Consequentemente, resta evidente que a investigação foge à minha atribuição, assim como das 5ª e 42ª Promotorias de Justiça da Capital.” (grifei)

Portanto, não há irregularidade na conduta do fiscal do contrato. Vale ressaltar que o trabalho do 1º Sargento Alexander Ribeiro Kachoroski – Engenheiro Civil do CMIO em todos os contratos sob sua responsabilidade tem sido exemplar.

VII. **Dispositivo**

Assim exposto, em observância aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa, razoabilidade e proporcionalidade, **DECIDO** receber e acolher, **PARCIALMENTE**, o recurso administrativo interposto pela empresa RTM CONSTRUÇÕES LTDA.

Em relação ao mérito, decido manter a decisão quanto à aplicação da sanção de multa pecuniária arbitrada na decisão recorrida. Quanto à punição de suspensão de licitar e contratar com a Administração, reduzo a reprimenda para 1 (um) ano, a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado (DOE).

Mantenho ainda a decisão da Autoridade Recorrida em relação à suspensão dos pagamentos dos valores devidos, até a devida comprovação do pagamento da multa, sob pena de ter os valores retidos, conforme previsto no §2º, inciso IV, da cláusula segunda do contrato.

Ademais, restituo os autos à Seção de PAIC para:

1. Publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado (DOE);
2. Intime a empresa da presente decisão;
3. Envio da guia de depósito identificado, para recolhimento da multa no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;
4. Lance a punição de suspensão de licitar e contratar no CADPEN;
5. Esgotado o prazo do item 3, sem o envio do comprovante de pagamento, apure-se eventuais valores a receber e proceda a retenção da multa nos termos do §1º, do artigo 87 da Lei nacional nº 8.666/93 e previsão contratual;
6. Não havendo valores a receber, instaure processo para inclusão da empresa no Cadastro de Dívidas Ativas do Estado de Santa Catarina.

Providenciadas as medidas acima determinadas, arquivem-se os autos.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2024.

[assinado digitalmente]

Aurélio José Pelozato da Rosa

Coronel PM – Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 975369

Polícia Civil

PORTARIA Nº 509/GAB/DGPC/PCSC de 01/03/2024
O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, com base na competência delegada pelo art. 11, do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, resolve, nos termos dos art. 33-I e 33-J da Lei nº 6.843, de 28/07/1986, e do art. 54, da Lei nº 18.281, de 20/12/2021, além dos PCSC 00140092/2023 e SEA 00002141/2023, **PROMOVER**, ao nível referido na tabela abaixo, o Subgrupo Agente da Autoridade Policial a contar das datas de enquadramento:

Agente de Polícia Civil - Classe VIII		
Nome	Matrícula	Data de enquadramento
ADALBERTO LUIZ GAVIOLI JUNIOR	0365891-0-01	01/03/2024
CAMILLE REMOR SEBOLT LISE	0367805-9-01	01/03/2024
CELIO VALTAIR GOMES JUNIOR	0392424-6-01	01/03/2024
CLAITON ROGERIO MICHELS	0322168-7-01	01/03/2024
CYNARA MENDES NEVES SCHEFFER CARDOSO	0378509-2-01	01/03/2024
DANIEL DE SALLES ABREU MONTEATH CALDAS	0392429-7-01	01/03/2024
DIEGO CEMIN	0379584-5-01	01/03/2024
EDUARDO LIMBERGER	0392341-0-01	01/03/2024
EVANDRO LUIS ZAMBELLO	0392355-0-01	01/03/2024
FABIANE SORGETZ	0365841-4-01	01/03/2024
GABRIEL DE JESUS DA PAIXAO	0392210-3-01	01/03/2024
JOAO PAULO DA ROSA ABREU	0365845-7-01	01/03/2024
JOSE ROBERTO DE AMORIM	0262690-0-01	01/03/2024
JULIANA CRISTINA MATIAS	0381803-9-01	01/03/2024
JULIO CESAR MOMM	0322815-0-01	01/03/2024
LUIZ ANTONIO PRATES TEDESCO	0379586-1-01	01/03/2024
LUIZ CARLOS KOHAKOSKI	0392245-6-01	01/03/2024
MARCEL VICTOR FERRARINI	0379075-4-01	01/03/2024
MARCIA JUNGES	0392296-0-01	01/03/2024
NEILAN AURELIO CANABARRO	0392191-3-01	01/03/2024
NERY BALDO	0205853-7-01	01/03/2024
PAULO ROBERTO MACHADO	0379535-7-01	01/03/2024
PAULO ROBERTO TOMBESI CASTELLAN	0392297-9-01	01/03/2024
ROMULO DO NASCIMENTO E SILVA	0392305-3-01	01/03/2024
SELMO PEDRO CORREA	0283343-3-01	01/03/2024
SILVIO JOSE VIEIRA	0327364-4-02	01/03/2024
Agente de Polícia Civil - Classe VII		
Nome	Matrícula	Data de enquadramento
ALDEBAR PAULUS	0953661-2-01	09/03/2024
ALESSANDRO RIVIERI RAMOS	0302390-7-04	17/03/2024
ALEXANDRE DA SILVA SANTOS	0953989-1-01	09/03/2024
ALEXANDRE HENRIQUE MARTINS	0953696-5-01	29/03/2024
ALEXANDRE ROCHA	0953758-9-01	09/03/2024
ALEXSANDRE IVAN FARIAS	0953987-5-01	09/03/2024
ANA CAROLINA DEEKE LIBERTO BEDUSCHI	0953956-5-01	17/03/2024
ANA KARINA TORRINELLI VEIGA	0953725-2-01	09/03/2024
ANA PAULA ZAPPANI	0953986-7-02	09/03/2024
ANDRE AGUIAR VELHO DOS SANTOS	0953743-0-01	09/03/2024
ANDRE AUGUSTO DE OLIVEIRA	0953732-5-01	09/03/2024
ANDRE CARLOS RIBAS	0381851-9-02	17/03/2024
ANDRE LUIS PREMOLI	0390240-4-02	09/03/2024
ANDREI HAMANN	0953673-6-01	09/03/2024
ARTHUR PERES AMANDIO	0954011-3-01	09/03/2024
BARBARA DA SILVA PEREIRA	0953694-9-01	24/03/2024
BRUNA FERRARI VIEIRA	0953662-0-02	27/03/2024
BRUNO IMBASSAHY DE MELLO	0953995-6-01	09/03/2024
CAIO LUIZ LOPES ALMEIDA	0953751-1-01	09/03/2024
CAMILA GARCIA	0953698-1-01	09/03/2024
CHRISTIAN DA SILVA PACHECO	0953755-4-01	09/03/2024

CILAS LOURIVAL ZIEMANN JUNIOR	0953778-3-01	09/03/2024
CLAUDIO DA COSTA	0953700-7-01	09/03/2024
DANIEL KREIMER KOLOSKE	0953737-6-01	09/03/2024
DANIELA BRESOLIN	0357842-9-03	09/03/2024
DEBORA CRISTINA GROFF ANDREGHETTI	0953779-1-01	19/03/2024
DENIS ELIO COELHO	0953765-1-01	09/03/2024
DENISE ANDREIA SEIDEL	0953777-5-02	11/03/2024
DILCE MARIA ZAGO	0953695-7-01	09/03/2024
DIOGO JOSE THIBES VARGAS	0953790-2-01	09/03/2024
DOUGLAS MAFFI	0953932-8-01	09/03/2024
DOUGLAS MOTTER	0950238-6-02	13/03/2024
EDERSON PUCCI MACHADO	0953780-5-01	09/03/2024
ELAINE BITENCOURT DOS SANTOS	0953720-1-01	09/03/2024
ELIANA COSTA ROSATELLI	0953764-3-01	17/03/2024
ELISA MARIA REISDORFER	0953781-3-01	09/03/2024
ERIC ANDRADE VIOTTI	0953965-4-01	17/03/2024
ERICO RAGUSA VIEIRA DA SILVA	0655353-2-02	09/03/2024
FABIO SAMUEL SAMPAIO DA SILVA	0953994-8-01	09/03/2024
FELIPE MURTA TIMPONI DE MOURA	0953672-8-01	13/03/2024
FERNANDA DA SILVEIRA HERZOG	0953706-6-02	13/03/2024
FERNANDA SILVA LOPES	0930212-3-02	09/03/2024
FLAVIA REGINA DEWES	0953659-0-01	09/03/2024
FRANCINE ABDALA ALVES MARTINS	0953996-4-01	17/03/2024
GABRIEL LEITE DO AMARAL PAZZINI	0659588-0-02	09/03/2024
GABRIEL ORLEY GONCALVES	0952877-6-03	17/03/2024
GABRIELA DIAS FELTRIN	0347494-1-03	13/03/2024
GEANDRO CHIARELLI	0662552-5-02	09/03/2024
GESIELE FLORIANI GOMES	0953776-7-02	09/03/2024
GICELLE PILATTI WOLFF	0953671-0-01	09/03/2024
GILVANIA PAULO FURLANETTO	0953971-9-01	09/03/2024
GIOVANI RICK FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	0953687-6-01	16/03/2024
GITANEA PERES REBOREDO	0953729-5-01	09/03/2024
GLEIZE MORESCO	0953763-5-03	17/03/2024
GUILHERME JOAO DE SENA	0384680-6-02	09/03/2024
GUILHERME LAMIN ELIAS	0953962-0-04	09/03/2024
GUILHERME LUIS ORBEN DE SOUZA	0953975-1-01	09/03/2024
GUILHERME SIMON	0951240-3-02	09/03/2024
HELBER TRINDADE AMARAL	0954030-0-01	09/03/2024
HENRIQUE PIGOZZI	0953983-2-01	17/03/2024
HUMBERTO MOACIR RUDOLPHO JUNIOR	0953977-8-01	09/03/2024
INGRID RIBEIRO KJELLIN	0953713-9-01	09/03/2024
JAISON HOFFMANN	0350438-7-01	09/03/2024
JASON ANDRADE BORGES	0929761-8-02	09/03/2024
JOAO OTAVIO LUZ	0953665-5-01	17/03/2024
JORGE COSTA SAFE	0953745-7-01	09/03/2024
JOSE ANTONIO QUEIROZ DUARTE	0953934-4-01	09/03/2024
JOSE ROBERTO LARROYD	0954021-0-01	09/03/2024
JULIO CESAR FERNANDES	0953714-7-02	09/03/2024
JULLIANO SALVO FRANKLIN	0953786-4-01	09/03/2024
KELCIO CASEMIRO DE OLIVEIRA	0953784-8-01	09/03/2024
KELLY REGINA VIEIRA ALVES	0953558-6-01	24/03/2024
LAIS CIARCOS RAMOS	0953705-8-01	17/03/2024
LEANDRO RIBEIRO CACIATORI	0953772-4-01	25/03/2024
LEANDRO ROUSSENG OLEGARIO	0929766-9-02	09/03/2024
LEANDRO SANDRONI BENTO	0953985-9-01	09/03/2024
LELIO RODRIGUES GONCALVES JUNIOR	0953774-0-01	09/03/2024
LEONARDO NUNES DE AVILA	0953933-6-01	09/03/2024
LUCAS TEIXEIRA AMARO	0953768-6-01	09/03/2024
LUIS ALBERTO EMMENDOERFER	0655289-7-02	09/03/2024

LUIZ HENRIQUE LUVISON	0953940-9-01	09/03/2024
MARCELO ANTONIO CARNEIRO CHAVES	0953752-0-01	09/03/2024
MARCELO DE SOUZA TORRES	0953945-0-01	09/03/2024
MARCELO PEGORARO DOS SANTOS	0953796-1-01	09/03/2024
MARCIA FERNANDES LIBARDI	0953990-5-01	09/03/2024
MARCO ANTONIO DO CARMO	0953760-0-01	09/03/2024
MARCOS LORDANI MOTTA DE ARAUJO	0953666-3-01	17/03/2024
MARCOS ROBERTO RAMALHO	0953663-9-01	09/03/2024
MARIA AUGUSTA MARTINS	0953762-7-01	20/03/2024
MARIANA VIEIRA MATOS	0341232-6-02	24/03/2024
MARJORIE BALDI	0953988-3-01	09/03/2024
MAURO MARTINI DE MELO	0953979-4-01	26/03/2024
OTAVIO JOSE ARAUJO DURCE DE OLIVEIRA	0354626-8-04	09/03/2024
PATRICIA VELASCO CESAR	0389507-6-03	09/03/2024
PATRICK CECATTO	0926703-4-02	09/03/2024
PEDRO CESAR ZANELLA FRIEDRICH	0953753-8-01	09/03/2024
PHILIPP DUARTE	0953744-9-01	21/03/2024
RAFAEL ALMEIDA COSTA	0953936-0-01	09/03/2024
RAFAEL NUNES SALLES RIBEIRO	0953654-0-01	17/03/2024
RAFAEL PENZ DE MACEDO	0953722-8-01	17/03/2024
RAFAEL TIAGO DA SILVA	0953783-0-01	09/03/2024
RAFAEL TOLENTINO DE ASSIS	0953652-3-01	12/03/2024
RENATO BANDEIRA	0953728-7-01	17/03/2024
RENATO PEREIRA	0953697-3-01	13/03/2024
RENATO RODRIGUES BRASIL	0663966-6-03	09/03/2024
RICARDO D AQUINO	0954035-0-02	12/03/2024
ROBERTO KLITZKE	0316099-8-02	09/03/2024
RODRIGO ALESSANDRO FERREIRA	0953954-9-01	09/03/2024
RODRIGO GALHARDO RAMIRO	0953699-0-01	09/03/2024
RODRIGO JACOME BRINA	0953701-5-01	17/03/2024
RODRIGO VERAS ROCHA	0372362-3-02	09/03/2024
ROSILDA DE AGUIAR	0332427-3-03	09/03/2024
RUDINEI DUTRA URACH	0954024-5-01	09/03/2024
SAMUEL FRAGA DA SILVA	0953748-1-01	09/03/2024
SANDRO RODRIGUES FLORES	0658409-8-01	01/03/2024
SCHEILA CRISTINE MACHADO	0953795-3-01	09/03/2024
SERGIO ROBERTO KERN	0953731-7-01	09/03/2024
SILVANA ROBERTA DOS SANTOS SOUSA	0953788-0-01	11/03/2024
SILVIA DOS SANTOS FERNANDES	0953756-2-02	29/03/2024
SIMEY FRANCEZ VIEIRA	0953668-0-01	17/03/2024
THIAGO BUENO DE OLIVEIRA	0953716-3-01	09/03/2024
THIAGO DE MIRANDA COUTINHO	0953736-8-02	17/03/2024
VALMIR SILVEIRA SOARES	0953733-3-01	17/03/2024
VALTER LUIS DESSUNTE JUNIOR	0953972-7-01	25/03/2024
VANDERLEI ANTONIO FIORI	0953782-1-01	09/03/2024
VIVIANE DOS SANTOS BOTE-LHO	0953735-0-01	09/03/2024
WILLIAM PEREIRA	0953792-9-01	09/03/2024
WOLFGANG AL COLOMBO	0953712-0-01	17/03/2024
Agente de Polícia Civil - Classe IV		
Nome	Matrícula	Data de enquadramento
ANDRE LUIS MARIN LEITE	0992539-2-01	31/03/2024
DENISE CUSTODIO VIEIRA	0992294-6-01	31/03/2024
JAISON JONATHAN NAFFIEN	0992368-3-01	29/03/2024
JULIANA DA SILVA BOEIRA	0991515-0-01	29/03/2024
MAIARA DORNELES DEL FABRO	0934358-0-02	28/03/2024
NATALIE SOTER SOUSA DE MELO	0992863-4-01	27/03/2024
RENAN AGNOLIN	0934302-4-02	28/03/2024
RIVERLAN KAUFMANN TEIXEIRA	0670212-0-03	28/03/2024
VANESSA HIRT	0991517-6-01	17/03/2024